ORIGINAL ARTICLE

MATERNAL BREASTFEEDING IN THE PENITENTIARY SYSTEM

ALEITAMENTO MATERNO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

AMAMANTAMIENTO MATERNO EN EL SISTEMA PENITENCIARIO

Estela Maria Leite Meirelles Monteiro¹, Andréa Rosane Sousa Silva², Carlos Alberto Domingues do Nascimento³, Andrea Ferreira Lopes Diniz Maia⁴, Paula Danielle de Azevedo Araujo⁵, Symonne Moura dos Santos⁶

ABSTRACT

Objective: to investigate the maternal breastfeeding practice of pregnant women and breastfeeding mothers in a deprivation of liberty situation. **Method:** this is a descriptive qualitative study using convenience samples. A questionnaire was applied to 13 pregnant women and breastfeeding mothers on January and February 2008 in a women's penal colony in the city of Recife, Pernambuco, Brazil. The testimonies were recorded and transcribed, and the analysis of results was based on the Collective Subject Discourse technique. This study was approved by the Research Ethics Committee of Hospital Universitario Osvaldo Cruz (HUOC) of Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), under the Opinion 138/2007. **Results:** it was observed that women's reaction with regard to a confirmed pregnancy is related to the support they receive from their partners and family members. In their perception, one realizes conflicting feelings of wishing to be close to their children and protecting them from the reality experienced in the penitentiary system. **Conclusion:** the need for a professional qualification in health care considering both the issue of citizenship and the health promotion of the binomial mother-child became apparent. **Descriptors:** maternal breastfeeding; prison; mother-child relationships; health education; nursing.

RESUMO

Objetivo: investigar a prática do aleitamento materno de gestantes e nutrízes em situação de privação de liberdade. **Método:** trata-se de um estudo qualitativo descritivo que utiliza amostragens por conveniência. Aplicou-se questionário com 13 gestantes e nutrízes nos meses de janeiro e fevereiro de 2008 em uma colônia penal feminina da cidade de Recife-PE. Os depoimentos foram gravados e transcritos, e a análise dos resultados baseou-se na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Osvaldo Cruz (HUOC) da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), sob o Parecer n. 138/2007. **Resultados:** foi observado que a reação das mulheres diante da confirmação da gravidez está relacionada ao apoio que elas recebem dos seus companheiros e familiares. Na percepção delas, nota-se a presença de sentimentos conflitantes entre o desejo de estar próximas a seus filhos e o de protegê-los da realidade imposta pelo sistema penitenciário. **Conclusão:** evidencia-se a necessidade de uma formação profissional em saúde comprometida com a questão da cidadania e com a promoção à saúde do binômio mãe-filho. **Descritores:** aleitamento materno; prisão; relações mãe-filho; educação em saúde; enfermagem.

RESUMEN

Objetivo: Investigar acerca del Amamantamiento Materno en gestante y amas de leche en situación de privación de libertad. **Método:** se trata de un estudio descriptivo, cualitativo que utiliza muestras por conveniencia. Se realizó un cuestionario a 13 mujeres gestantes y amas de leche durante los meses de enero a febrero de 2008 en una colonia penal femenina de la ciudad de Recife (Pernambuco, Brasil). Los testimonios se grabaron y transcribieron, y el análisis de los resultados se basó en el Discurso del Sujeto Colectivo. El estudio se aprobó por el Comité de Ética y Pesquisa del Hospital Universitario Osvaldo Cruz (HUOC) de la Universidad Estadual de Pernambuco (UPE), bajo parecer nº 138/2007. **Resultados:** se observó que la reacción de las mujeres ante la confirmación de embarazo se relaciona con el apoyo que tengan de sus compañeros y familiares. En la percepción de las mismas, se percibe la presencia de sentimientos conflictivos entre el deseo de estar cerca de sus hijos y el de protegerlos de la realidad impuesta por el sistema penitenciario. **Conclusión:** queda evidente la necesidad de una formación profesional en sanidad implicada en cuestiones de ciudadanía y con la promoción de la salud del binomio madre-hijo. **Descriptores:** amamantamiento materno; prisiones; relaciones madre-hijo; educación en salud; enfermería.

¹Enfermeira. Professora Doutora do Programa Associado de Pós-Graduação em Enfermagem em Promoção à Saúde da Universidade de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba. Recife (PE), Brasil. Doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: estelapf2003@yahoo.com.br; ²Enfermeira. Mestranda do Programa Associado de Pós-graduação em Enfermagem em Promoção à Saúde da Universidade de Pernambuco/Universidade Estadual da Paraíba. Recife-PE, Brasil. Recife (PE), Brasil. E-mail: andrea_rosane@yahoo.com.br; ³Psicólogo. Professor Adjunto da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco. Recife (PE), Brasil. Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: minguesnascimento@hotmail.com; ⁴Enfermeira. Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco. Recife (PE), Brasil. E-mail: dea_maia@hotmail.com; ⁵Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco. Recife (PE), Brasil. E-mail: p_paulapalinha@hotmail.com; ⁶Enfermeira. Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças da Universidade de Pernambuco. Recife-PE, Brasil. E-mail: monnesy@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O leite materno é preconizado como alimento exclusivo nos primeiros meses de vida da criança pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundação das Nações Unidas para Infância (Unicef) e Ministério da Saúde (MS), por ser o alimento ideal para o crescimento e desenvolvimento saudáveis de lactentes,¹ pois é nutricionalmente equilibrado, rico em proteínas, açúcares, gorduras, sais minerais, vitaminas, imunoglobulinas, algumas enzimas, lisozimas e muitos outros fatores que ajudam a proteger a criança contra infecções. Dessa forma, recomenda-se o leite materno como alimento exclusivo nos primeiros seis meses de vida da criança.²

Além da importância nutricional, o ato de amamentar promove um clima harmonioso de identificação entre mãe e filho, num sincronismo de comportamento e fisiologia que, certamente, influirá em sua saúde futura e marcará para sempre a personalidade da criança.³ Nesse sentido, o MS, em parceria com diversas instâncias do setor da saúde, instituiu a política do aleitamento materno (AM), envolvendo várias ações de promoção, proteção, apoio à amamentação e criação de diversos programas de incentivo ao AM realizados pela OMS e pela Unicef, que criou a World Alliance for Breastfeeding Action (WABA).^{4,5}

O direito à amamentação também é assegurado no sistema penitenciário por alguns diplomas legais, como: Constituição Federal, que dispõe sobre condições favoráveis às presidiárias (reeducandas) para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (art. 5º, L);⁶ o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que o Poder Público deve propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade (art. 9º);⁷ e a Lei de Execução Penal, que determina que os estabelecimentos penais destinados a mulheres sejam dotados de berçário onde as condenadas possam amamentar seus filhos (art. 83, § 2º).⁸

Entretanto, apesar da criação de todo um arcabouço legal com o intuito de garantir o AM, inquéritos epidemiológicos realizados no Brasil estimam que 61% das crianças sofrem desmame precoce, o que pode resultar em sérias consequências para a saúde do bebê, como desnutrição e infecção, comprometendo seu crescimento e desenvolvimento.⁹

Alguns fatores que podem concorrer para o desmame, como uso da chupeta, falta de

conhecimento sobre a importância do AM, influência de familiares, paridade e condições socioeconômicas, ou seja, os aspectos culturais e o meio em que a nutriz está inserida são decisivos nesse processo, podendo favorecê-lo ou dificultá-lo.⁹

Como exemplo de ambiente hostil encontra-se o sistema penitenciário, o qual tem por objetivo o cumprimento de sentença ou decisão criminal, com condições para a harmônica integração social do condenado. No entanto, não é o que se percebe em relação a uma população extremamente vulnerável como gestantes e nutrizes em privação de liberdade e seus filhos. Para tanto, o MS e o Ministério da Justiça (MJ) implementaram o Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, com o intuito de assistir a população penitenciária que se encontra segregada do convívio, mas não da problemática social na qual a população brasileira se insere atualmente.⁸

É certo que os problemas da população prisional feminina têm aspectos próprios que apenas os realçam como situação mais séria e gravosa, visto que a mulher inserida no contexto de privação de liberdade apresenta, ainda, vicissitudes que se relacionam com as suas próprias condições biogenéticas: conciliação com o fato de ser mãe, cuidados específicos de pré-natal durante a gestação e período de aleitamento materno.¹⁰

Apesar de a prática de amamentação ser muito antiga e de importância extrema para a mulher e o recém-nascido, uma revisão sistemática realizada por autores estrangeiros evidencia poucas fontes bibliográficas em relação a essa realidade em um sistema prisional. Nesse estudo foram encontrados 28 artigos científicos publicados em importantes bases de dados, entre elas a Biblioteca Cochrane.¹¹

Com base nesse fato, este estudo tem como objetivos: identificar a reação das mulheres reclusas diante da confirmação da gravidez; identificar o conhecimento sobre aleitamento materno das gestantes e nutrizes reclusas no sistema penitenciário; descrever as percepções das gestantes e nutrizes sobre amamentação em condição de privação de liberdade; descrever as expectativas quanto ao futuro das reclusas e de seus filhos; e investigar o uso de drogas lícitas e ilícitas na amamentação com gestantes e nutrizes em situação de privação de liberdade.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Abordou a

amamentação de mulheres em regime de restrição de liberdade, observando o fato e analisando-o sem manipulá-lo.¹²

Optou-se pela abordagem qualitativa por ser capaz de incorporar a questão do significado da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas tanto no seu advento quanto nas suas estruturas, na sua transformação como construções humanas significativas.¹²

A pesquisa foi realizada em uma colônia penal feminina localizada em Recife, inaugurada em 1945, mediante convênio firmado entre o Instituto Bom Pastor e o Estado de Pernambuco. Seu espaço físico é constituído por dois pavilhões, cada um com 34 celas e 78 camas, alojando aproximadamente 520 detentas, em contrapartida o local possui capacidade para no máximo 150.

A equipe de saúde é composta por 4 médicos (clínico, pediatra, psiquiatra e dermatologista), 2 odontologistas, 4 psicólogos, 2 enfermeiros e 5 técnicos de enfermagem. Além disso, as reclusas têm o apoio de 4 assistentes sociais. As gestantes de alto e baixo risco fazem o pré-natal na unidade e os exames solicitados, assim como os partos, são encaminhados ao Hospital Barão de Lucena (HBL) ou para o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip).

A coleta de dados foi realizada em janeiro e fevereiro de 2008, mediante a aplicação de um roteiro constituído por dados de caracterização do grupo e seis perguntas abertas para obter informações sobre: reação das reclusas, diante da confirmação da gravidez; conhecimento sobre a importância do aleitamento materno das gestantes e nutrízes; percepções sobre as condições institucionais do aleitamento materno; vivências acerca da amamentação; e expectativas quanto ao futuro de seus filhos. Participaram do estudo 13 mulheres, sendo 8 gestantes e 5 nutrízes.

Para composição da amostra do estudo contatamos, inicialmente, com a direção da unidade prisional, que nos encaminhou às enfermeiras, e estas nos auxiliaram na identificação de todas as gestantes e nutrízes que cumpriam pena na instituição do estudo durante o período da coleta, totalizando 16 mulheres. Entretanto, apenas 13 consentiram formalmente com sua inclusão na pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As primeiras visitas das pesquisadoras foram para conhecer a realidade institucional

e estabelecer contatos iniciais, explicando os objetivos do estudo e agendando o melhor momento para realizar as entrevistas, considerando as rotinas das atividades no presídio e de algumas puérperas no cuidado de seu filho(a).

O convívio com as mulheres foi amistoso, sendo evidenciada uma relação de intenso amor em relação ao filho e demonstração de extrema sensibilidade e comoção ao responder os questionamentos propostos, sendo necessário, algumas vezes, fazer uma pausa na entrevista até que elas se sentissem aptas a se expressar verbalmente.

Quanto à análise, primeiro, os dados coletados foram gravados em arquivos digitais de áudio. Em seguida, as gravações foram transcritas e submetidas a sucessivas leituras, cuja análise utilizou a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). O DSC, enquanto figura metodológica, é um discurso síntese que consiste basicamente em analisar o material verbal coletado em pesquisas que têm depoimentos como sua matéria-prima, extraíndo-se de cada um deles as ideias centrais (IC), ou ancoragens, e suas correspondentes expressões-chave (EC), formando um ou vários discursos síntese.¹³

Ideia central é um nome ou expressão linguística sintética que permite traduzir o essencial do discurso; ancoragem são conceitos, teorias inseridas no discurso do indivíduo; expressões-chave são segmentos dos depoimentos que permitem o resgate do essencial do conteúdo discursivo.

Para a elaboração do DSC é necessário seguir alguns passos: a) leitura do conjunto dos depoimentos coletados nas entrevistas; b) leitura de cada resposta, marcando as expressões-chave selecionadas; c) identificação das ideias centrais de cada depoimento; d) agrupamento das expressões-chave e ideias centrais homogêneas; e) composição do discurso do sujeito coletivo; e f) identificação de cada um dos discursos do sujeito coletivo.¹³

Este estudo foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Osvaldo Cruz (HUOC) da Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), sob o Parecer n. 138/2007, atendendo, assim, à Resolução n. 196/96, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos.¹⁴

RESULTADOS E DISCUSSÃO

• Caracterização dos sujeitos

O grupo participante do estudo foi constituído por 13 reeducandas do sistema penitenciário, sendo 11 mulheres com idade

entre 18 e 28 anos, 1 com 33 anos e 1 com 38 anos. Antes de ser detidas, 5 reclusas trabalhavam como empregada doméstica, 3 eram do lar e as outras 5 exerciam ocupações diversas, como: garçoneite, flanelinha, operadora de caixa, vendedora e funcionária em uma funerária. Em relação à escolaridade, 1 detenta havia iniciado curso superior, 2 tinham ensino médio completo, apenas 1 possuía o ensino fundamental completo e 9 possuíam o ensino fundamental incompleto.

Apenas 2 reeducandas estavam em sua primeira gestação, 5 já tinham 1 filho, 2 já tinham 2, 1 tinha 3, 1 tinha 4 filhos, 1 tinha 9 e 1 tinha 10 filhos. Duas reeducandas já haviam sido sentenciadas: 1 a 5 anos e 6 meses, e 1 a 29 anos e 6 meses. Quanto ao tempo de permanência na colônia penal, 1 reclusas estavam há menos de 1 ano, 1 há 1 ano e 2 meses, e 1 há 2 anos.

Os resultados foram apresentados em seis ideias centrais, acompanhadas dos DSCs correspondentes. Estes foram elaborados com os conteúdos manifestados nas expressões-chave citadas em um ou mais discursos concretos.

• Ideia central I - reação diante da confirmação da gravidez

No discurso dessas mulheres foi evidenciado que a reação diante da confirmação da gravidez está intimamente relacionada ao estabelecimento de vínculo afetivo e apoio do companheiro. Para tanto, dois temas destacaram-se:

• Tema A - reação de alegria das reclusas diante da confirmação da gravidez

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Pra mim é uma alegria, porque já são nove filhos, mas esse vai ser o último. Eu queria, porque é o primeiro filho dele...

• Tema B - reação negativa das reclusas diante da confirmação da gravidez

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Foi muito mal porque meu companheiro tá preso, o pai de meu filho, e minha família não apoia muito não, prefere que eu dê. Ter um filho aqui dentro é muito ruim. Eu vejo o que as meninas passam aqui, sentindo dor de madrugada, os policiais demorando pra vir atender pra levar pro hospital, tudo isso pra ter um filho. Aqui dentro não é lugar de criança [...] Mas eu não quis tirar, não concordo com isso. Além da gente saber que está grávida, ainda está num lugar desses [...] É sofrido. Fiquei desesperada, não era programado [...] O bucho começou a crescer [...] Não estou podendo nem comprar as coisas do meu filho [...]

A tomada de consciência da responsabilidade por uma criança que trará ao mundo concorre para pensamentos e sentimentos perturbadores por parte dessas mulheres submetidas à privação de liberdade, diante das limitações impostas a sua condição humana nesse momento e o desejo de exercer sua maternidade, estabelecer vínculo afetivo com seu filho, acolhê-lo e protegê-lo. Entretanto, a possibilidade da reclusa grávida compartilhar seus sentimentos de medo, angústia e insegurança com o pai de seus filhos permite a elas expressar sentimento de alegria com a confirmação da gravidez.

As mães providas de apoio dos seus parceiros, familiares e equipe de saúde durante o pré-natal, que é um estágio propício para a realização de ações educativas, estão aptas a estabelecer relações precoces com seus bebês na gravidez, à medida que eles passam a ter um lugar dentro da família.¹⁵ O estabelecimento de uma rede de apoio durante o período gestacional e puerperal se torna ainda mais relevante em mulheres reclusas, considerando as especificidades de ordem bio-psico-socio-cultural que permeiam o convívio no sistema prisional.

Nesse sentido, o enfermeiro, por ser o profissional que mais está relacionado aos cuidados com a mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, e por assumir ações importantes nos programas de educação em saúde durante o pré-natal, tem a possibilidade de preparar a gestante para o AM, conscientizando-a sobre a prática correta e para que no pós-parto o processo de adaptação seja bem-sucedido entre mãe e filho, diminuindo, assim, as dúvidas, as dificuldades e possíveis complicações durante o processo de amamentação e cuidados gerais com o bebê.¹⁶

• Ideia central II - convívio com o filho

Os discursos das mães reeducandas revelam sentimentos conflitantes entre o desejo de estar próximas a seus filhos, por encontrarem neles seu porto seguro, e o desejo de protegê-los das dificuldades e inseguranças impostas pela realidade de espaço prisão, representado por elas como um local frio, cinzento, escuro, coberto de crueldades e de medos. A partir desse fato, dois temas sobressaíram:

• Tema A - permanência do filho na unidade prisional inferior a seis meses

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Eu me sinto péssima, não vou passar seis meses não, porque eu vou mandar ele pra casa. Aqui não dá certo não pra ele ficar [...] Eu vejo os meninos aí tudo doente,

com cheiro de cigarro. É um ambiente [...] Muita briga, muita droga, muita confusão. Ninguém respeita ninguém. Dormia na cama com ele, mas é muito abafado, muito quente, ele pega aqueles carocinhos na pele, é uma nojeira (choros). Mas quando a gente tá com ele, não pensa em fazer besteira, a gente olha logo pra ele, a gente já fica com outro pensamento [...] Mas quando não, qualquer coisa, qualquer abuso, qualquer grito a gente já quer avançar, por causa do sistema daqui. A pressão aqui é muito difícil, principalmente a psicológica, que é uma das piores que têm [...] Vou ficar distante dele um bom tempo, não vou tá lá pra ver como tão criando.

• Tema B - permanência do filho na unidade prisional até 6 meses

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Sei lá, eu vou ficar muito triste, porque eu brigava com minha mãe e dizia que eu ia dar meu filho, eu chorava tanto. Vou sentir muita falta dele, já me sinto aqui só, e eu vou me sentir mais só ainda. Dá logo uma vontade de chorar, que eu não gosto nem de lembrar porque é difícil. Mas eu acredito em Deus também que eu vá antes. Pelo menos que eu vá com ele nos braços. Esperar em Deus que no tempo certo eu vá embora [...] muita saudade. É muito difícil pra mim, e ele não pode ficar muito tempo aqui na colônia penal. Estou dependendo de algum parente que aceite cuidar do meu filho até eu sair daqui. Se ela não aceitar, a psicóloga disse que tem um negócio da Carolina, aí quando eu sair daqui eu vou e pego meu filho de volta [...]

Foi evidenciado entre as participantes do estudo extrema sensibilidade para tratar dessa temática, elas apresentavam senblantes tristes e expressões de choro por aflorar os sentimentos que envolvem a relação mãe-filho, em um cenário distinto da segurança e aconchego esperado de um ambiente familiar.

Dentro do contexto penitenciário, os aspectos subjetivos e objetivos da maternidade e suas representações sociais, sejam de amor, ódio, discriminação, gratidão, culpa, dedicação, abandono, felicidade, assumem aspecto atenuante e de diminuição do sofrimento de privação de liberdade.¹⁰

Diante dessa realidade vivenciada pelas presidiárias, a religião ocupa um lugar bastante importante na vida da maioria dessas mulheres, por representar possibilidades de uma ajuda “superior” diante das mazelas impostas pelo cotidiano do sistema carcerário, como pode ser evidenciado nos seguintes recortes do discurso do sujeito coletivo: *[...] ai meu Deus; [...] Graças a Deus; [...] eu acredito em Deus; [...] Esperar em Deus [...]*

Desse modo, o sentimento de religiosidade vem contribuir para a busca pessoal de um equilíbrio emocional, diante da exacerbação de sentimentos considerados negativos, como: angustia, incerteza, medo, insegurança, entre outros.

Emerge o compromisso de enfrentar as situações que afetam as populações mais fragilizadas, identificando esses grupos da sociedade e definindo estratégias especiais para melhorar a sua situação de saúde, promovendo atenção diferenciada àquelas pessoas com necessidades especiais.¹⁷ Nesse entendimento, as mulheres em regime de cárcere apreendem um universo marcado por questões de gênero e de cidadania, concomitante com a proposta de ressocialização; assim, são desvelados significados, símbolos e sentimentos, os quais são até ignorados e negados na efetivação das políticas públicas.

• Ideia central III: relação das companheiras de cela com o filho

O discurso coletivo abaixo descrito nos indica que o relacionamento das companheiras de cela com o filho é de solidariedade e apoio, porém, nos momentos de exacerbação e desentendimentos entre as reclusas, provocados pela sua instabilidade emocional diante do convívio em ambiente superlotado, desprovido ou com restrições de atividades ocupacionais, e com precárias condições de higiene, pode oferecer risco à integridade física do bebê.

• Tema A: relação boa

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] É uma relação normal, todas gostam dele. Pelo menos quando falta alguma coisa pra ele, uma se comunica com a outra, fazem cotinha, e cada uma compra uma coisinha pra ele... leite ou qualquer outra coisa. Mas na hora que tá discutindo não quer saber. Ontem mesmo teve uma briga feia na cela, pegaram as panelas de comida e jogaram uma na outra, o menino tava na cama, melou a cama todinha, tirei o menino todo melado [...]

É evidenciado nos discursos uma relação boa das mães com as companheiras de cela e destas com o bebê. Entretanto, a tênue separação entre o ambiente amistoso e aquele mais agitado e hostil, muitas vezes, resulta em risco para a criança. Assim, a exposição a um ambiente insalubre, desprovido de atividades socioeducativas continuadas, de recreação e lazer, de espaço real e tranquilo para repouso, entre outros, vem desencadear uma situação de estresse, de insatisfação e revolta, gerando atitudes agressivas.

• **Ideia central IV: uso de bebidas alcoólicas e/ou drogas no período da gestação**

Nessa ideia central podemos identificar as reeducandas em dois momentos. No primeiro momento, o grupo afirma não utilizar bebidas alcoólicas e/ou drogas no período da amamentação, apesar de atuarem como intermediárias no tráfico. O outro grupo assumiu ter utilizado drogas ilícitas, mesmo no período da gestação.

• **Tema A: não usuárias de drogas**

Discurso do Sujeito Coletivo: [...] *Não uso droga, nem cigarro, nem álcool. Meu primeiro crime foi tráfico, mas eu não consumo. Sou totalmente careta, só consumo comida e água...*

• **Tema B: usuárias de drogas**

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Usei muito, sei que é prejudicial pro bebê, mas sei lá, dava vontade de usar... Eu era crônica pelo crack, pela cocaína. Já era viciada antes da gravidez, comecei a usar droga com quatorze, beber com doze, tentei deixar, parei quatro anos e voltei (choros). Eu utilizo mais o crack, não gosto da maconha, não, mas graças a Deus o menino não nasceu com nada...

Foi verificado que entre as mulheres que já eram usuárias de drogas ilícitas existe a predominância do vício, mesmo diante do período gestacional e de amamentação, embora tenham afirmado ter conhecimento, mesmo que superficial, dos efeitos maléficos das drogas para o seu bebê. É importante ressaltar que nenhuma substância que cause dependência deve ser ingerida pelas mães lactantes, não só pelos efeitos sobre a criança, mas, também, pelos danos à saúde física e emocional das mulheres.¹⁸

A violência propagada por lesões que hoje ocorrem no mundo se deve a ações criminosas organizadas internacionalmente para as quais os aparatos violentos garantem e agregam valor. É o caso do tráfico ilegal de armas, de drogas e de outras mercadorias. Atualmente, além de representantes de muitos segmentos da sociedade participarem de negócios ilegais promovidos pela criminalidade globalizada eles estão totalmente imbricados em negócios legais de alguma maneira.¹⁹

As mulheres vêm sendo aliciadas no tráfico de drogas por seus companheiros ou pela proposta tentadora de suprimento das necessidades de sobrevivência dos membros de sua família, concorrendo, assim, para o elevado número de mulheres detidas por envolvimento com comércio de drogas.

• **Ideia central V: conhecimento sobre amamentação**

O discurso das participantes do estudo demonstrou que o conhecimento sobre amamentação está imbricado na sua vivência anterior ou não. Dois temas representam esta ideia:

• **Tema A: possuem esclarecimentos sobre amamentação porque amamentaram anteriormente**

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] A amamentação é fundamental na alimentação da criança pelo menos até os seis meses de vida. A gente se sente mais mãe, mais mulher, mais adulta. Aleitamento materno dá uma sensação melhor. A melhor coisa é dar de mamar, agora eu estou vendo o resultado. Por que agora eu tenho que amamentar, e o menino tá enorme, só mamando. O bebê fica saudável, hidratado. Desde esse tempo que ele tá aqui comigo nunca adoeceu, nunca teve nada. Eu tentei dar mingau, mas ele ficou bem magrinho, aí comecei só a dar peito, peito e ele voltou ao normal [...]

• **Tema B: desconhecem a importância da amamentação por não terem experiências anteriores em amamentar**

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Sobre amamentação eu não sei nada, nada, nada, não tenho memória boa pra gravar essas coisas não, mas acho que faz bem. O primeiro que amamento é ele. Com o outro eu pegava nestogênio na maternidade. Só que eu ficava triste, não tinha leite suficiente, aí eu dava mingau. Porque eu não tinha a cabeça no lugar como eu tenho agora, meu negócio era beber, aí pra num prejudicar ele, minha mãe disse: é melhor dar mingau a ele. Mas até hoje eu me arrependo, porque todo dia penso no meu filho [...] aqui já teve palestras sobre amamentação, mas eles (agentes penitenciários) tiraram não sei por quê.

Os discursos do sujeito coletivo identificam relatos expressos por sentimentos de alegria, satisfação, elevada autoestima materna, por reclusas que passaram por experiências em amamentação, entretanto, as reeducandas que não amamentaram seus filhos relataram sentimentos de arrependimento e incapacidade. A qualidade e duração do processo de amamentar estão relacionadas ao significado que a mulher atribui a essa experiência, considerando os elementos de interação vivenciados por ela em seu contexto.

Uma das principais formas de se obter esclarecimentos sobre aleitamento materno é por meio da educação em saúde, momento

importante para a enfermagem, pois a essas puérperas o profissional deve estar aberto para apreender o ser humano em sua integralidade, considerando questões inter-relacionadas com a saúde, como questões de gênero, socioculturais, relações interpessoais e os condicionantes da situação psicológica do indivíduo, entre outros, através de rodas de conversas, vivências e palestras.²⁰ A partir dessas informações e do apoio de profissionais de saúde a reeducanda terá mais conhecimento sobre a importância da amamentação e poderá realizar uma opção consciente entre amamentar ou não seu filho.

Nesse contexto, destacamos a ausência de uma ação educativa participativa e sistemática junto às mulheres que estavam em sua primeira gestação ou aquelas que não haviam experienciado de modo satisfatório a amamentação com seus filhos mais velhos, o que concorre para uma maior insegurança para realizar esse ato, estando mais suscetíveis a oferecer leite artificial aos recém-nascidos.

• Ideia central VI: planejamento para o futuro

Os discursos mostram a esperança das reeducandas em uma melhoria na qualidade de vida com seus filhos, em poder trabalhar sem o medo de ser atormentadas pelo passado obscuro, e em ser aceitas e respeitadas na sociedade.

• Tema A: expectativa das reeducandas quanto ao seu futuro e o de seu filho

Discurso do Sujeito Coletivo:

[...] Eu planejo tanta coisa. Só a cadeia pra me ensinar[...]. Quero uma vida melhor, sair logo daqui, não olhar nem pra trás. Bater a sandália nos pés e dar outra vida pra mim e pro meu filho. Quero voltar a trabalhar, viver feliz com meu filho, cuidar dele e dar o que ele precisa. Minha mãe vai comprar uma casa e vou morar com meu filho, viver em paz, que ninguém me infirmez pelo que já fiz, prefiro passar necessidade do que voltar pra cadeia, isso aqui é horrível, é um inferno. Eu penso que se com o nome limpo eu já era discriminada porque morava dentro de uma favela, com o nome sujo [...] mas vou ver se consigo um emprego [...]

Os objetivos de encarceramento vão além das questões de punição, isolamento e detenção. O acesso das apenadas fora das prisões, o envolvimento da comunidade nas atividades educativas e propostas educacionais auxilia e oferece a obtenção dos objetivos centrais de reabilitação, que incidem em resgate social e educação libertadora numa dimensão de autonomia,

sustentabilidade e minimização de discriminação social.²¹

A realidade do sistema prisional está muito distanciada dos objetivos de proporcionar condições adequadas de reabilitação para as mulheres. O encarceramento constitui uma garantia de afastamento de indivíduos considerados culpados por atos ilegais da sociedade, impondo a eles uma situação de isolamento e reclusão social e um convívio conturbado e opressivo com outros detentos em meio aos mais variados tipos de influências perniciosas. Desse modo, o sistema prisional pode concorrer para um maior desajuste dos indivíduos em vez de sua reeducação e consequente ressocialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amamentação no sistema penitenciário é assegurada por diplomas legais que estabelecem condições favoráveis às presidiárias, de modo que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, porém, há um distanciamento entre o que dispõem esses diplomas e a realidade do sistema prisional feminino.

O estudo propiciou apreender nos discursos das gestantes e nutrizes em situação de privação de liberdade a prática do aleitamento materno no sistema prisional e abordar questões como: a reação das reclusas diante da confirmação da gravidez; seu conhecimento sobre o aleitamento materno; a percepção sobre amamentação na colônia penal; o uso de drogas lícitas e/ou ilícitas durante a gestação/amamentação; e as expectativas quanto ao seu futuro e o de seus filhos.

Foi identificada uma predominância nos discursos de reações negativas das reclusas diante da confirmação da gravidez, evidenciado por expressões de angústia, incerteza e medo do futuro com seu filho. Quando desvelado o sentimento de alegria, este encontrava-se vinculado ao fato de as reeducandas terem apoio de companheiros e familiares, contribuindo para que houvesse uma relação precoce entre mãe e filho.

A permanência do filho na unidade prisional junto à detenta durante o período da amamentação é marcada por um ambiente caracterizado como frio, cinzento, coberto de crueldade e incapaz de oferecer condições mínimas de segurança e bem-estar, tornando conflitante a necessidade de estar próximas a seus filhos e de vivenciar o sentimento pleno de maternidade ao amamentar e cuidar deles.

Foi enfatizado nos discursos que as companheiras de cela oferecem suporte e

apoio. Entretanto, as condições do ambiente superlotado e desprovido de atividades sociais e educativas continuadas concorrem para instabilidades emocionais, desencadeando desavenças e agressões entre as presidiárias e gerando um ambiente tumultuado e comprometedor no estabelecimento das relações humanas e, em especial, na necessidade de um convívio harmônico do binômio mãe-filho.

O cotidiano do sistema prisional feminino retrata uma negação das especificidades humanas decorrentes das questões de gênero; dentre estas destacamos, neste estudo, a gestação, a maternidade, a amamentação, a autoestima e a sensibilidade. Nesse contexto, é ressaltada a necessidade de uma formação de profissionais de saúde, com ênfase no enfermeiro, comprometidos com as questões de cidadania e desenvolvimento de ações educativas inclusivas e participativas, com enfoque na promoção à saúde dessas mulheres e de seus filhos.

As reeducandas revelaram expectativas futuras de mudanças, de obter uma vida digna ao lado de seu filho, de superar o passado e o medo de ser discriminada na sociedade por ser ex-presidiária. A ação educativa continuada, promovida pelo enfermeiro e uma equipe multiprofissional, constitui uma importante ferramenta de empoderamento por possibilitar uma discussão sobre amamentação a partir de uma consciência crítica sobre ser mulher, estar em sistema de reclusão e a renovação emocional gerada na relação mãe-filho.

Desse modo, é estabelecida uma corresponsabilização em proporcionar um ambiente condizente com a proposta de ressocialização, capaz de manter acesa em cada uma dessas mulheres o sentimento de esperança na construção de um futuro com muitas possibilidades.

REFERÊNCIAS

1. Organização Mundial de Saúde – OMS. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef): proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno. Genebra: OMS; 1989.
2. Santos VLF, Soler ZASG, Azoubel R. Alimentação de crianças no primeiro semestre de vida: enfoque no alimento materno exclusivo. Rev Bras Saúde Mater Infant [periódico na internet]. 2005[Acesso em: 2010 Dec 13];5(3):283-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n3/a04v5n3.pdf>.
3. Melo MCP, Pimentel CS, Barros AG. Experiences of teenage mothers in breastfeeding a health unit. Rev Enferm UFPE on line [periódico na internet]. 2011[acesso em 2011 Jun 09];5(3):698-705. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/1611>.
4. Araújo MFM, Fraco AD, Werner EH, Scchmitz BAS. Incentivo do aleitamento materno no Brasil: evolução do projeto carteiro amigo da amamentação de 1996 a 2002. Rev Bras Saúde Mater Infant [periódico na internet]. 2003[acesso em 2009 out 10];3(2):195-204. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v3n2/a10v03n2.pdf>.
5. Cyrillo DC, Sarti FM, Farina EMQ, Mazzon JA. Duas décadas da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes: há motivos para comemorar? Rev Panam Salud Pública [periódico na internet]. 2009[acesso em 2010 jun 05];25(2):134-40. Disponível em: <http://journal.paho.org/uploads/1239371693.pdf>.
6. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional; 1988.
7. Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
8. Brasil. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984.
9. Andrade MP, Oliveira MIV, Bezerra Filho JG, Bezerra MGA, Almeida LS, Veras MAC. Desmame precoce: vivencia entre mães atendidas em unidade básica de saúde em Fortaleza-Ceará. Rev RENE [periódico na internet]. 2009[acesso em 2010 jan 31];10(1):104-13. Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/vol10n1_html_site/Resumos_portugues/a12v10n1.htm.
10. Rita RPS. Dossiê questões penitenciárias. Revista Sociologia Jurídica [periódico na internet] 2006[acesso em 2008 ago 25];(3). Disponível em: <http://sociologiajur.vilabol.uol.com.br/rev03santarita.htm>.
11. Knight M, Plugge E. The outcomes of pregnancy among imprisoned women: a systematic review. BJOG. 2005;112:1467-74.
12. Minayo MCS. O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco; 2008.
13. Fefèvre AMC, Fefèvre F, Cardoso MRL, Mazza MMPR. Assistência pública à saúde no Brasil: estudo de seis ancoragens. Rev Saúde Soc [periódico na internet]. 2002[acesso em 2010 jan 10];11(2):35-47. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v11n2/04.pdf>.

14. Brasil. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996: Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Brasília: Ministério da Saúde; 1996.

15. Lima AP, Javorski M. Interrupted breast-feeding: the experience of women-mothers. Rev Enferm UFPE on line [periódico na internet]. 2009[acesso em 2011 jun 09];4(1):230-38. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/729>.

16. Almeida NAM, Fernandes AG, Araújo CG. Aleitamento materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. Rev Eletrônica Enferm [periódico na internet]. 2004[acesso em 2011 jul 15];6(3):358-67. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/pdf/06_Original.pdf.

17. Brasil. Pacto pela vida: dialogando sobre o pacto pela vida. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.

18. Chaves RG, Lamounier JA, César CC. Medicamentos e amamentação: atualização e revisão aplicadas à clínica materno-infantil. Rev Paul Pediatr [periódico na internet]. 2007[Acesso em 2009 abr 28];25(3):276-88. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-05822007000300014&script=sci_arttext.

19. Minayo MCS. Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.

20. Monteiro EMLM, Vieira NFC. Educação em saúde a partir de círculos de cultura. Rev Bras Enferm [periódico na internet]. 2010[acesso em 2011 jan 10];63(3):397-403. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672010000300008&script=sci_arttext.

21. Beber B, Pereira Fialho FA, Macedo CMS, Ulbricht VR, Martins JG. Conferência IADIS Ibero-Americana: educação a distância e os espaços prisionais. 2006 [acesso em 2010 jul 15]. Disponível em: http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200607C050.pdf.

Sources of funding: No
Conflict of interest: No
Date of first submission: 2011/06/13
Last received: 2011/09/19
Accepted: 2011/09/20
Publishing: 2011/10/01

Address for correspondence

Estela Maria Leite Meirelles Monteiro
Av. Arnóbio Marques, 300 – Santo Amaro
CEP: 50100-130 – Recife (PE), Brazil